

Pressão por volta de comissão cria novo mal-estar com Casa Civil

Direitos Humanos já preparou retorno de grupo sobre mortos políticos, travado pelo governo para não desagradar militares

BERNARDO LIMA
Secretário de Direitos Humanos do Itamaraty

Em meio ao impasse sobre a recriação da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), o Ministério de Direitos Humanos, chefiado por Silvano Almeida, afirmou ao Ministério Público Federal (MPF) que a pasta já tomou todas as medidas para recriar o grupo. A decisão final, no entanto, cabe ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que ainda não bateu o martelo sobre o tema.

Entre o vai e vem de pareceres entre órgãos do governo, há um desconforto entre Almeida e o chefe da Casa Civil, Rui Costa, como informou o colunista Lauro Jardim.

Também cabe ao ministro palaciano analisar a recriação da comissão, tema incômodo às Forças Armadas, com quem o presidente tenta apaziguar os ânimos após as denúncias envolvendo oficiais em tramas golpistas e desconfiança pela proximidade de militares com o bolsonarismo.

Em ofício encaminhado ao MPF do Distrito Federal na semana passada, o Ministério dos Direitos Humanos

nos diz que abriu procedimento administrativo interno, "em que foram elaboradas as análises técnicas e jurídicas, assim como a documentação preparatória com objetivo de instruir a retomada da CEMDP". Também acrescentou que não havia mais "tarefas pendentes" na pasta em relação à recriação do colegiado.

Criada em 1995 no governo Fernando Henrique e extinta no final de 2022, a comissão trata de desaparecimentos e mortes de pessoas em razão de atividades políticas durante a ditadura militar.

QUEDA DE BRAÇO

Em março, o MPF recomendou ao governo que os trabalhos da comissão sejam retomados. O prazo para que o ministério respondesse terminou domingo. O órgão também orientou que sejam destinados recursos humanos e financeiros para o funcionamento da comissão "além de medidas que garantam a permanência da instância colegiada até que todas as suas competências legais sejam finalizadas".



Aqto. Silvano Almeida afirmou que já tomou medidas para recriar o colegiado



Anal. Rui Costa, da Casa Civil, dá parecer, mas decisão final é de Lula



Em SP, uma das metas da comissão é identificar ossadas do cemitério de Perus

191

mortos e 210 pessoas

desaparecidas. Foi o número apontado pela Comissão da Verdade, em 2014, sobre as vítimas da ditadura

33

desaparecidos tiveram o corpo localizado depois totalizando 434 pessoas, entre mortos e desaparecidos, ainda de acordo com a comissão

Na última sexta-feira, a Casa Civil recebeu um parecer do Ministério da Justiça e Segurança Pública favorável à retomada da comissão. A pasta tinha até ontem para

encaminhar o documento para a sua Secretaria de Assuntos Jurídicos. Após a análise, ele seguirá para despacho de Lula. Almeida quer pressa na

análise do processo de recriação pela Casa Civil, entre outros motivos, para cumprir uma promessa feita por ele em março do ano passado. Já Rui Costa não tem se movimentado para terminar a análise, segundo Lauro Jardim, porque o governo Lula não quer, neste momento, meter num assunto que desagrade os militares. A questão enfrenta forte resistência nas Forças Armadas, ao ponto de o presidente do Superior Tribunal Militar (STM), Joseli Parente Camelo, declarar que o retorno do colegiado é "completamente desnecessário" e falar que não se pode "olhar o país pelo retrovisor".

O parecer favorável ao retorno da comissão dado na sexta-feira pelo Ministério da Justiça foi um ato meramente burocrático. A medida já havia sido tomada na gestão de Flávio Dino, mas a Casa Civil pediu que a pasta, agora sob o comando de Ricardo Lewar-

dowski, explicitasse novamente a sua posição, que foi de ratificar a reinstalação da comissão, que visa a reconhecer vítimas da ditadura, localizar corpos desaparecidos e indenizar suas famílias.

No governo, considera-se que Almeida está "forçando a barra", de acordo com palavras de um ministro que acompanha de perto o tema.

A posição oficial do Ministério da Defesa é favorável à recriação da comissão. Nos bastidores, porém, os militares de alta patente avaliam que "é melhor deixar as coisas se acalmarem" — ou seja, que as investigações e processos relativos aos 8 de janeiro sejam encerrados.

Em 2014, a Comissão Nacional da Verdade registrou 191 mortos e o desaparecimento de 210 pessoas durante a ditadura. Um dos objetivos da nova comissão será retomar a identificação de ossadas encontradas no Cemitério Dom Bosco, em Perus, São Paulo.

Governo faz outra investida junto a Mourão por PEC dos militares

Senador quer salário proporcional para quem deixar as Forças para se candidatar

BRASIL

O ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, organizou um almoço no comando do Exército, em Brasília, com o senador da oposição, Hamilton Mourão (Republicanos-RR), na semana passada. O objetivo era convencê-lo a apoiar a PEC dos Militares, que torna obrigatória a transferência para a reserva da rência para aqueles que quiserem con-

correr nas eleições, informou a colunista do GLOBO Bela Megale.

O ex-vice de Jair Bolsonaro vinha pleiteando que a PEC fosse alterada para garantir aos militares uma remuneração proporcional ao tempo que estiveram nas Forças Armadas, mesmo que não tenham ficado o suficiente para ir para a reserva. Atualmente, a proposta só prevê remuneração para aqueles que per-

maneceram tempo suficiente nas Forças para se aposentarem.

Participaram do encontro o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), e os comandantes do Exército, general Tomaz Paiva; da Marinha, almirante Marcos Olsen; e da Aeronáutica, tenente-brigadeiro do ar Marcelo Damasceno. Todos os presentes se colocaram a favor da medida, mas Mourão seguiu contra o texto.



Aprovação. Múcio fala com Mourão: em risco que apoio do senador à PEC

— Continuo contra a PEC e sempre considere que temos que colocar em votação — disse Mourão. Foi acordado que a pro-

posta irá à votação no plenário do Senado, em data ainda não definida. Como informou o blog da colunista, Jaques Wagner

disse que havia "zero chance" de o governo abraçar a proposta de Mourão.

Em março, o GLOBO havia apurado que o Ministério da Defesa não via problema no pleito de Mourão, mas que a decisão caberia ao governo.

QUARTÉIS DESPOLITIZADOS
A PEC dos Militares foi idealizada pelo próprio Múcio como forma de governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva reagir ao que considera uma politização das tropas. A interlocutores, Múcio tem dito que o primordial, para isso, é que a proposta barre o retorno às Forças Armadas de militares que deixaram a corporação para fazer parte da política.

SABE AQUELE SITE QUE VOCÊ ENTRA FALANDO UAU! E SAI FALANDO @#%*!?

Oferta velha não resolve nada.

Imóveis, veículos, empregos e muito mais no Classificados do Rio. Só ofertas atuais com fotos e navegação inteligente.



Anuncie agora via WhatsApp ou Telegram
21 2534-4333

